



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº -06- do
Processo 45/07
Hideo Hideki Takahashi
Rep. 11123 *in*

16 - PAR
16- 1139/2007

VOTO EM SEPARADO Nº DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 45/2007.

Trata-se de projeto de lei de autoria do Nobre Vereador Juscelino, que visa dispor sobre a criação, no âmbito de cada biblioteca pública municipal, de Conselho Gestor, com caráter permanente e deliberativo, com a finalidade de participar do planejamento, gerenciamento e fiscalização de suas atividades.

De acordo com a proposta, os Conselhos Gestores das Bibliotecas teriam a atribuição de participar da elaboração e aprovar o planejamento das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas municipais; propor medidas visando a melhoria do atendimento aos usuários; fiscalizar as atividades desenvolvidas nas bibliotecas, receber sugestões e denúncias, encaminhando-as para as autoridades competentes; acompanhar a execução orçamentária; e elaborar o seu Regimento Interno.

No que concerne ao mérito desta Comissão, cabe ressaltar que, de acordo com a Lei Orgânica do Município, a organização administrativa do Município deve ser norteadada pela prática democrática, pela participação popular, transparência e controle social. É o que se depreende da leitura do artigo 2º, I, II e III, abaixo transcritos:

“Art. 2º - A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - a prática democrática;

II - a soberania e a participação popular;

III - a transparência e o controle popular na ação do governo;”

Ainda nesta seara, os Conselhos são mecanismos legítimos de participação direta dos cidadãos nas decisões do Poder Público Municipal. Assim, para a consecução dos princípios e diretrizes citados no artigo 2º, a Lei Orgânica estipula que o Poder Público deverá criar, por lei, Conselhos que contem com participação popular. Senão vejamos os artigos 8º e 9º da Lei Maior do Município:

“Art. 8º - O Poder Municipal criará, por lei, Conselhos compostos de representantes eleitos ou designados, a fim de assegurar a adequada participação de todos os cidadãos em suas decisões.”

“Art. 9º - A lei disporá sobre:

I – o modo de participação dos Conselhos, bem como das associações representativas, no processo de planejamento municipal e, em especial, na elaboração do Plano diretor, do Plano Plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual.”

Entendemos, contudo, que a proposta merece reparos no que concerne à composição do Conselho, descrita no artigo 2º do projeto em apreço:



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº -07- do
Processo 45/07
Hélio Fukui Takahashi
Reg. 11123 12

"Art. 2º. Os Conselhos Gestores das Bibliotecas Públicas Municipais terão composição tripartite e paritária e serão constituídos, em cada biblioteca pública, por 6 (seis membros) membros e respectivos suplentes, escolhidos entre representantes do Poder Executivo, dos usuários e de representantes da sociedade civil."

Ocorre que a composição pretendida para o Conselho em tela é inaplicável. Isto porque a Doutrina define que paritário é o conselho que mentem paridade entre os membros do poder político local e das organizações da sociedade civil, o que não fica claro no presente projeto.

De outra parte, a proposta não define a forma de escolha dos usuários, nem dos representantes da sociedade civil, o que pode trazer problemas de interpretação da norma, especialmente por que os usuários não deixam de ser representantes da sociedade civil.

Pelo exposto, manifestamo-nos **favoravelmente** à aprovação do projeto de lei em tela, na forma do seguinte **substitutivo**:

SUBSTITUTIVO Nº DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AO PROJETO DE LEI Nº 45/2007.

APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO
VOLTA À 2ª DISCUSSÃO

05 DEZ 2007

Dispõe sobre a criação dos conselhos gestores nas bibliotecas públicas municipais, e dá outras providências.

~~Art. 1º. Fica criado, no âmbito de cada Biblioteca Pública Municipal, com caráter permanente e deliberativo, Conselho Gestor, com a finalidade de participar do planejamento, gerenciamento e fiscalização de suas atividades.~~

Art. 2º. Os Conselhos Gestores das Bibliotecas Públicas Municipais terão composição tripartite e paritária e serão constituídos, em cada biblioteca pública, por 6 (seis membros) membros e respectivos suplentes, assim distribuídos:

I – 03 (três) representantes dos usuários, escolhidos pelos próprios usuários, pela respectiva Associação de Usuários;

II – 03 (três) representantes da Administração Pública, sendo:

- a) o Diretor da Biblioteca;
- b) 01 (um) representante dos trabalhadores e servidores da respectiva biblioteca;
- c) 01 (um) indicado pela Secretaria Municipal de Cultura;

§ 1º. O mandato dos integrantes do Conselho Gestor será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO
A SANÇÃO
19 DEZ 2007
PRESIDENTE



Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº -08- do
Processo 45707
Hélio Hideki Takahashi
Reg. 11123

§ 2º. As funções dos membros dos Conselhos Gestores das Bibliotecas Públicas Municipais não serão remuneradas, sendo suas atividades consideradas de relevante interesse público.

§ 3º. A indicação de representação dos membros do Conselho Gestor dar-se-á com plena autonomia e ampla divulgação no conjunto de cada um dos segmentos.

§ 4º. Os Conselhos Gestores reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada mês, podendo as reuniões ser convocadas extraordinariamente por solicitação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seus membros ou da Direção da Biblioteca.

§ 5º. As reuniões dos Conselhos Gestores serão ampla e previamente divulgadas, com participação livre a todos os interessados, que terão direito a voz.

§ 6º. As deliberações e os comunicados de interesse do Conselho Gestor deverão ser afixados nas entradas e no interior da biblioteca, em locais de fácil acesso e visualização a todos os usuários e interessados.

Art. 3º São de competência dos Conselhos Gestores das Bibliotecas Públicas Municipais, respeitadas as atribuições do Poder Público:

I - participar da elaboração e aprovar o planejamento das atividades desenvolvidas pelas bibliotecas públicas municipais;

II - propor medidas visando à melhoria do atendimento aos usuários;

III - fiscalizar as atividades desenvolvidas nas bibliotecas, receber sugestões e denúncias, encaminhando-as para as autoridades competentes;

IV - acompanhar a execução orçamentária;

V - elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 4º O Poder Executivo garantirá as condições mínimas de infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades dos Conselhos Gestores.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 22/08/07

Sônia Morais
SONINHA
Vereadora - PT



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

| | | |
|----------|------------------|----|
| Folha nº | 09 | de |
| Processo | 45/07 | |
| Hólio | Hideki Takahashi | |
| Reg. | 11123 | |

**PARECER Nº DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0045-2007 .**

O projeto de lei, de autoria do nobre vereador Juscelino Gadelha, “dispõe sobre a criação dos Conselhos Gestores nas Bibliotecas Públicas Municipais” com caráter permanente e deliberativo e com finalidade de participar do planejamento, gerenciamento e fiscalização de suas atividades.

A Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa apresentou parecer pela legalidade.

De conformidade com o art. 2º da propositura os Conselhos Gestores terão composição tripartite e paritária e serão constituídos, em cada biblioteca pública, por 06 (seis) membros e respectivos suplentes, escolhidos entre representantes do Poder Executivo, dos usuários e de representantes da sociedade civil e não serão remunerados.

Justifica o autor que os Conselhos Gestores poderão contribuir nos mais diversos setores da administração direta, principalmente num setor de prestação de serviços que são as bibliotecas públicas.

Pelo exposto a Comissão de Administração Pública é de parecer favorável a esta propositura.

SALA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, em 22/08/07.

Presidente

Relator